



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0004900-70.2011.2.00.0000

Requerente: Plínio Marcos Moreira da Rocha

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE. PORTARIA N. 30/CNJ. ARQUIVAMENTO. QUESTÃO DE MÉRITO ESTRANHA À COMPETÊNCIA DO CNJ.

1. A Portaria n. 30/2010, da Presidência deste CNJ, delega aos servidores da Secretaria Processual a verificação da existência dos documentos necessários para apresentação de requerimento perante este Conselho e os autoriza, caso o interessado não sane a falha, após a cientificação, arquivar o feito.
2. Refoge à competência deste CNJ apreciar requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Federal da OAB, com cópia ao CNJ, com insurgência contra o tratamento de “doutor” atribuído a advogados.
3. Recurso administrativo não-provido.

ACÓRDÃO

Decide o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo.

Brasília, 06 de dezembro de 2011.

Conselheiro Tourinho Neto

Relator

RELATÓRIO**O EXMO SR. CONSELHEIRO TOURINHO NETO (RELATOR):**

1. Trata-se de Recurso Administrativo, em Pedido de Providência, instaurado a partir de requerimento formulado por Plínio Marcos Moreira da Rocha, que se insurge contra o tratamento de “doutor” dado aos advogados.

Na petição inicial, alega que o tratamento de “doutor” somente pode ser dirigido a quem detém diploma de doutorado, reconhecido pelo MEC, e que, em procedimento instaurado perante a OAB/RJ, esta se manifestou sobre a questão dizendo que, para *“exigir um tratamento formal de Doutor, tem que efetivamente preencher os requisitos da Lei”*. Afirma, ainda, que o Conselho Nacional de Medicina entende que médico é médico, e não doutor.

Aduz que o objetivo maior de sua representação é que a OAB se manifeste, formalmente, sobre o uso da falsa titularidade.

2. A Secretaria Processual deste CNJ certificou nos autos que o requerente não apresentou cópia do RG, CPF e comprovante de residência, intimando-o para que providenciasse a juntada de tais documentos no prazo de 15 (quinze) dias, conforme a Portaria/CNJ n. 30 (CERT 9, 12, 13 e PORT14, e-CNJ).

3. Inconformado, o requerente interpôs recurso administrativo contra o teor das certidões.

4. Proferi decisão não conhecendo do pedido de providência nem do recurso, e determinei o arquivamento do feito (DEC15, e-CNJ).

5. O requerente interpôs, então, recurso administrativo, alegando que, de acordo com os arts. 4º e 115º do RICNJ, tem direito de ver seu pleito analisado pelo Plenário. No mérito, pede que seja isento de apresentar seus documentos pessoais, já que é cadastrado no sistema e-CNJ, que entende certificar sua identificação.

6. Em informações complementares, o requerente reitera o pedido para que seu recurso seja julgado pelo Plenário deste Conselho (evento 16).

7. É o relatório.

VOTO

O EXMO SR. CONSELHEIRO TOURINHO NETO (RELATOR):

1. Ausência de juntada dos documentos de identificação.

Como se vê da CERT9 e da CERT13 c/c a CERT12 do e-CNJ, e da DEC15, por mim proferida, o pedido do requerente não foi conhecido, porque, intimado para juntar documentos de identificação, CPF e comprovante de residência, recusou-se a fazê-lo, sem nenhuma justificativa plausível.

A Portaria n. 30, de 9 de março de 2010, da Presidência deste CNJ, delega aos servidores da Secretaria Processual a verificação da existência dos documentos necessários para apresentação de requerimento perante este Conselho e autoriza os servidores, caso o interessado, após cientificação, não sane a falha, arquivar o feito.

No caso, houve a intimação e o requerente, ao invés de cumprir o disposto no despacho, ingressou com recurso administrativo.

Por não ser cabível o pedido inicial, tampouco o recurso, não conheci dos pedidos.

Interpôs, agora, recurso administrativo, pedindo sua apreciação pelo Pleno. Todavia, pelos motivos acima o recurso não merece provimento.

Note-se que o ora requerente tem se dirigido constantemente a este CNJ, sempre da mesma forma, ou seja, recusando-se a se identificar devidamente, razão pela qual não estão sendo conhecidos os seus requerimentos, como se pode constatar de decisões proferidas no Pedido de Providências n. 0003261-17.2001.2.00.0000 – Cons. Min. Ives Gandra; na Petição Avulsa – Corregedoria n. 0000556-46-2011.2.00.0000 – Juíza Auxiliar Agamenildes Dantas; e na Petição Avulsa – Corregedoria n. 200920000004201 - Cons. Min. Gilson Dipp.

2. Mérito.

Não bastasse, a questão de mérito é totalmente estranha às atividades deste CNJ.

O requerimento inicial é extremamente confuso. Mas, em apurada leitura, vê-se que se trata de insurgência dirigida ao Presidente do Conselho Federal da OAB, com cópia para este CNJ, pretendendo que a OAB se manifeste sobre o uso, pelos advogados, do título de doutor, alegando que os advogados estariam se valendo de falsa titularização, pois não detêm título de doutorado.

Tal pedido, evidentemente, refoge à competência deste CNJ, que tem sua atuação limitada ao âmbito no Poder Judiciário.

Ao final, quando envia a cópia ao CNJ, diz que o faz *“a fim de que seja erradicada. de TODOS os tribunais. a “praxe” da obrigatoriedade de tratamento diferenciado, de “Doutor” aos Advogados (sic)”*. Nesse ponto, já que se referiu ao Poder Judiciário, ainda que de passagem, convém dizer que não há obrigatoriedade de tal tratamento a advogados. Como ele mesmo diz, é praxe jurídica, adotada não só para a classe de advogados, como para diversas outras classes profissionais, sem que se possa identificar como surgiu ou quem efetivamente utiliza o termo.

Trata-se, pois, de mera insurgência, sem nenhuma repercussão administrativa, financeira ou correicional no âmbito da Justiça brasileira, de modo que não se justifica a atuação deste CNJ no caso.

2. Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.
3. Intimem-se. Após, arquivem-se os autos independentemente de nova conclusão.
4. É o voto.



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **26099**



111206123245000000000000025391